

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Numero do processo: **80581.004079/2025-50**

2. Objeto:

Aquisição de Registro de preço para eventual contratação de empresa prestadora de serviço mecânico com fornecimento de peças de reposição originais ou genuínas com base nas tabelas AUDATEX, CILIA, TRAZ VALOR ou similares, para manutenções corretivas e preventivas de equipamentos e viaturas leves e pesadas para atender a frota da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice no Termo de Referência.

A 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada é uma Organização Militar subordinada a 3º Brigada de Infantaria Mecanizada e tem como missões: multiplicar o poder de combate da Brigada, participar da dissuasão de ameaças aos interesses nacionais, apoiar as operações militares da Grande Unidade ao ser empregada como Força de Emprego Estratégicos, contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem em sua área de responsabilidade; ficar em condições de ser empregada em ações subsidiárias e de Operações Internacionais, de acordo com os interesses do País.

Contudo, para que esta Organização Militar esteja sempre pronta emprego e agir de maneira eficaz, se faz necessário a eventual aquisição de serviço, pois, esta OM possui 59 (cinquenta e nove) viaturas Administrativas e Operacionais e 12 (doze) equipamentos de Engenharia. A licitação anterior a esta (Pregão SRP 03/2023 – UASG 160101), acompanhado de os recursos que chegaram no decorrer do ano, conseguiu resolver grande parte dos problemas mecânicos e de manutenção da frota, porém ainda se faz necessário manter o serviço de manutenção, recuperação e reposição de peças caso ocorra alguma emergência no decorrer do ano.

A adoção do uso SRP se enquadra nos incisos II e IV do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, com fulcro no inciso IV do Art.78 c/c § 5º do Art. 82 da Lei 14.133/21. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural.

JUSTIFICATIVA DO USO DA MARCA:

As montadoras recomendam em seus manuais de manutenção e em seus sites a utilização de peças genuínas ou originais para o melhor funcionamento e durabilidade. A aquisição desses materiais reduz consideravelmente os gastos da administração pública com a compra de peças em função da durabilidade das mesmas, diminuindo o volume de recursos empregados nas manutenções, haja vista, essas peças serem as indicadas pelos fabricantes. Tecnicamente a aquisição dessas peças se mostra mais vantajosa para o interesse público e que melhor atendem aos interesses da Administração, uma vez que os equipamentos e viaturas terão uma vida útil aumentada. Neste sentido, a corte de contas já se manifestou no Acórdão 1.292/2003_Plenário.

JUSTIFICATIVA PARA USO DE ITENS POR MARCA E NÃO POR PEÇA:

A opção de listar os itens por marcas e não por peças se justifica pela impossibilidade de saber todas as peças de um determinado equipamento, uma vez que as montadoras /concessionárias /fabricantes não disponibilizam o catálogo de peças. Diante de tal premissa, os servidores públicos responsáveis pela manutenção das viaturas não detêm todas as informações, pois, não há como saber qual peça ou componente danificará com precisão, e nem como prever quantas serão necessárias e quais as peças e/ou componentes a adquirir. Podemos citar exemplos de várias viaturas que possuem em sua totalidade aproximadamente 3.000 peças e acessórios. Mesmo se tivéssemos acesso ao catálogo das montadoras/fabricantes/concessionárias seria incomensurável e antioperacional realizar um certame com milhares de itens. Sabemos que um dos Princípios norteadores da licitação é a aquisição mais vantajosa para a Administração, em que se coaduna a celeridade, eficiência, eficácia e economia processual. Percebe-se que o interesse público não seria satisfeito em tempo oportuno, uma vez a dificuldade em operacionalizar o certame e que poderá levar meses para simplesmente lançar um pregão SRP, desta forma, o conjunto de apoio logístico da Companhia seria prejudicado.

JUSTIFICATIVA PARA USO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MAIOR DESCONTO:

Houve muita discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a possibilidade de utilização do critério de julgamento maior desconto sobre a tabela oficial da fabricante/montadora e devidamente amparada por Acórdãos do TCU, por exemplo, pelo Parecer Jurídico 098/2016/CJURN/CGU/AGU, bem como, por documentos internos do Exército.

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP:

A utilização de pregão pela forma eletrônica para a aquisição de peças, suprimentos e acessórios originais, comprovada sua natureza comum, tem trazido derradeiramente benefícios e vantagens para a Administração Pública. Através do uso desta ferramenta, se incentiva à realização de licitações com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Isso ocorre porque o Pregão já é comprovadamente um procedimento mais ágil e que favorece a competição entre os licitantes. Além disso, podemos citar como exemplo este mesmo tipo de pregão que ora já foi realizado por unidades do Exército, tais como o 1º Batalhão de Engenharia de Construção – RN, no qual tem se mostrando mais vantajoso ao interesse público.

A presente licitação enquadra-se nos Incisos II e V do art. 3º, do Decreto no 11.462/2023, com base nas justificativas a seguir:

O fornecimento de peças e execução de vários serviços será feito de forma parcelada, pois, se trata de manutenção da frota desta Companhia na qual a força de trabalho que dita a produção e o atendimento as exigências impostas, não cessando em nenhum momento os trabalhos de manutenção e por vezes sanando panes imprevistas durante a execução dos trabalhos.

As diversas missões recebidas pelas Organizações Militares (OM): de instrução, atendimento a situações de emergências e de calamidades públicas, além das atividades operacionais militares, exigem uma preocupação constante das Unidades do Exército com a manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos, para que os mesmos estejam em condições de aplicabilidade nas frentes de trabalhos e missões recebidas.

Para atender as despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência, a exemplo dos exercícios anteriores, as Unidades Gestoras vêm tendo regularmente provisão orçamentária do Tesouro Nacional e de Convênios celebrados, para aquisição de peças, suprimentos e acessórios para viaturas, demandando a correta observância aos preceitos legais que regem as compras do Governo Federal.

A demanda descrita nessa licitação tem como base uma análise feita sobre o pregão anterior (03/2023) dessa UASG, o qual conseguiu sanar, acompanhado dos recursos recebidos, grande parte dos problemas mecânicos e de manutenção da frota desta Companhia.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Adjunto do Gp Mnt	DIONATHAN LUCIANO VAZ – 3º Sgt
Chefe do Gp Mnt	FÁBIO GONÇALVES DE SOUZA – ST

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidades adequadas que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7, XI, da Lei no 12.305, de 2010- Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Serviços de reparo e recuperação com aplicação de peças, suprimentos e acessórios, de produção própria ou de outros fabricantes que abastecem a linha de produção com peças manufaturadas segundo as especificações e projeto do fabricante do equipamento, quanto a medidas,

espessura e qualidade do material utilizado, elasticidade, dureza, resistência, (variações de temperaturas, exposição ou tempo), expansão (dilatação) e outras características que propiciem um funcionamento harmônico com os demais componentes do equipamento, passando por rigoroso controle de qualidade e que garantam a vida útil e originalidade do equipamento, dentro do projeto original do fabricante e especificações;

Os serviços com aplicação de peças para equipamentos deverão se enquadrar nas seguintes áreas: recuperação ou reparação completa ou parcial dos sistemas, sobretudo dos seguintes sistemas, EM RESUMO:

SISTEMAS	DESCRIÇÃO
MECÂNICA GERAL	Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica de motor, sistema de transmissão (embreagem, caixa de câmbio, eixo de transmissão, caixa de direção, junta homocinética), injeção eletrônica, bomba injetora e refil, velas, bombas d'água e combustível, bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem, sistema de arrefecimento, sistema de embuchamento (pinos e buchas) e todos os outros serviços afins;
LANTERNAGEM	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, chassis, solda em geral e todos os outros serviços afins;
PINTURA / ESTUFA	Consiste em serviços de pintura automotiva, externa ou interna, com polimento, enceramento, com secagem rápida, todos os outros serviços afins;
CAPOTARIA	Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;
SISTEMA ELÉTRICO	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros);
SISTEMA HIDRÁULICO	Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros);

BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO E CÂMBIO	Consiste em serviços de regulação do sistema de rodagem do veículo e todos os outros serviços afins;
SUSPENSÃO	Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanços, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;
VIDRACEIRO	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas e polimento dos para-brisas e todos os outros serviços afins;
AR-CONDICIONADO	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive a troca de filtro e de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins;
BORRACHARIA COMPLETA	Consiste em remendos em pneus, troca de pneus, fornecimento de pneus, colocação de rodas, calotas e todos os outros serviços afins;

O Órgão Gerenciador solicitará aos licitantes, certificações de habilitação de seus mecânicos, que atestem as suas respectivas capacidades técnicas, bem como solicitará vistoria aos equipamentos e ferramentas necessárias à realização de todos os serviços listados no número.

Para fim de habilitação, as empresas deverão possuir todas as certificações técnicas, equipamentos e ferramental acima descritos, e deverão estar em condições de apresentá-los de imediato à licitante, quando solicitadas por ocasião de diligências.

Após a habilitação, as mesmas certificações técnicas, equipamentos e ferramentais acima poderão ser vistoriados, nos mesmos termos do número anterior, sob pena de anulação da proposta e convocação da proposta seguinte do pregão.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

Poderão ser aceitas, a fim de verificação de preços atualizados com o mercado atual, constando a aplicação do desconto ofertado na licitação e tendo como referência o preço sugerido

pelo fabricante disponibilizado pelo Sistema AUDATEX, CILIA, TRAZ VALOR ou SIMILAR. Caso a marca não conste no sistema em ambas tabelas, o fornecedor poderá apresentar orçamento de concessionária, para fins de verificação e aceitação pela Contratante. As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber, em razão do disposto no art. 5º IN MPOG no 01/2010:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os produtos comercializados devem ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2.

As licitantes devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os produtos comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego, INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.

Os materiais comercializados devem atender as exigências da Lei de Crimes Ambientais (Lei no 9605/98), como por exemplo, para a comercialização de carvão deverá ser exigida a licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente.

Adotar práticas de sustentabilidade ambiental adequada que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

Entregar o objeto de acordo com as Normas Legais previstas (INMETRO, ANP, NBR, ANT, ANVISA e outras), nos prazos e condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência e no Contrato ou equivalente, com certificado de garantia dos materiais adquiridos.

Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

Por ordem da Contratante, a contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11 /2008, e legislação correlata.

Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11 /2008, tais como:

Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06 /2005, e legislação correlata;

Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

O prazo de entrega dos serviços é de até **30(trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da nota de empenho e/ou da autorização de fornecimento para a contratada, em remessa única, no seguinte endereço, **Avenida Pandiá Calógeras, 49 – St. Central, Ipameri – GO, 75780-000, no Setor de Almoxarifado da 23ª Cia E Cmb Mec**, nos seguintes horários: de segunda à quinta-feira das 10:00h às 11h45min e das 13h30min às 16h30min e às sextas feiras das 08:00h às 11h45min, ambos horários de Brasília-DF.

6. Levantamento De Mercado

A solução de mercado cuja aquisição se pretende, aquisição de serviços mecânicos com fornecimento de peças de reposição ORIGINAL ou GENUÍNOS e acessórios para manutenção de equipamentos e viaturas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Visando atender às necessidades da 23ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (23ª Cia E Cmb Mec), por se enquadrar, assim, na definição legal de bens comuns (conforme art. 1º, da Lei 14.133, de 2021), a seleção da empresa que fornecerá o serviço à 23ª Cia E Cmb Mec poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico SRP.

No mercado existe a solução proposta, a qual é considerada viável. Constatou-se existir uma boa oferta no mercado dos serviços pretendidos, através do orçamento direto com o fornecedor, o que garante a participação de diversas empresas e consequentemente a concorrência, gerando uma licitação não fracassada.

Após a análise do custo-benefício do material desejado, foi selecionado o preço médio utilizando as referências da pesquisa de preço, que estão com preços ao praticado ao mercado, no qual melhor viabiliza para esta Administração Pública, conforme Instrução Normativa nº 65/2021.

7. Descrição Da Solução Como Um Todo

O objeto da futura abertura de pregão, é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para aquisição de serviço mecânico, visando cumprir as demandas anuais da 23ª Cia E Cmb Mec, seguindo assim todas as normas, quantidades e exigências no Termo de Referência.

Trata-se de licitação para aquisição de serviços a serem fornecidos por empresas do ramo específico aos bens em questão, com capacidade técnica e financeira para atenderem eventuais aquisições, sob demanda, por 12 (doze) meses, de acordo com as necessidades dos setores requisitantes, podendo ser ainda prorrogável conforme Art. 84 da Lei 14.133/21, se apresentar vantajosidade.

A empresa contratada deve efetuar a entrega dos objetos novos, em perfeitas condições, conforme as especificações, quantidades e exigências detalhadas no Termo de Referência e seus anexos.

8. Estimativos das Quantidades a serem Contratadas

De acordo com o levantamento feito por esta Equipe de Planejamento e considerando a contratação atual, levantaram-se as quantidades demandadas a serem licitadas com base no livro de registro das viaturas e equipamentos do Órgão. Para fundamentar a estimativa da quantidade de peças e serviços a serem licitadas, baseou-se nas manutenções previstas em cada tabela de manutenção das viaturas administrativas e operacionais e equipamentos de engenharia, com uma margem para eventuais ampliações da demanda durante o período de validade da licitação, levando em consideração as manutenções preditivas, preventivas e corretivas e o envelhecimento natural dos veículos, que acarreta uma maior frequência de manutenção e substituição de peças.

As necessidades do setor interessado, nas estimativas de desgastes naturais dos produtos, com possíveis serviços durante o ano de vigência da ata, além de levar em consideração para a execução das atividades, foi considerado a rotina anual desta Organização Militar, utilizando como referência as necessidades reais das dependências. Conforme Termo de Referência, foi possível estabelecer quantidades mínimas e máximas para facilitação de cálculo de frete. Portanto, poderá ser solicitada a quantidade de valor igual a 01(um) ou da totalidade, tendo em vista recursos advindos para esta Organização Militar.

De acordo com o Decreto nº 11.462/23 art. 22, as quantidades previstas no presente termo são estimativas máximas, para um período de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço seja vantajoso.

9. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado da eventual contratação é de R\$ 2.210.000,00 (dois milhões e duzentos e dez mil reais).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar de pregão SRP, conforme alínea b, do Art.40, c/c inciso IV, do Art.78 bem como também o § 5º do Art.82 da Lei 14.133/21, o objeto deverá ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU).

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação ocorre de forma independente, não dependendo de qualquer outro processo licitatório para que possa surtir seus efeitos.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Para fins do Art.18, inciso I do Art.28 e Art.40 da Lei 14.133/21, os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação. A efetivação da referida contratação viabilizará o atingimento do Planejamento Estratégico Institucional da 23ª Cia E Cmb Mec, concomitantemente com o Exército Brasileiro, no que tange com a descentralização de créditos definida dentro do orçamento anual.

13. Resultados pretendidos

A contratação dos serviços mecânicos e aquisição de peças atende às necessidades específicas da 23ª Cia E Cmb Mec com imediato aproveitamento do objeto pois tem a finalidade primordial de proporcionar a correta manutenção das viaturas e equipamentos indisponíveis e disponíveis da frota da Organização Militar.

14. Providências a serem Adotadas

Foram feito um levantamento de viaturas existentes que se encontram em seus estados disponíveis e não disponíveis, assim, foi verificado que a melhor solução atual é a escolha mais vantajosa baseada no maior desconto, bem como realizar um certame que envolva aquisição de peças e manutenção pois, a não realização poderá ocorrer índices de mais viaturas indisponíveis, incapacitando esta Organização a realizar suas atividades operacionais.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Com vistas a mitigar os possíveis impactos ambientais desta contratação, requer-se que a contratada exerça as práticas de sustentabilidade previstas neste instrumento, no futuro Termo de Referência e, no que couber, no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – AGU.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação pretendida mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3o do Art. 4o do Decreto no 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DIONATHAN LUCIANO VAZ – 3º Sgt
Adj Gp Mnt